

Parlamentares acionam Justiça como ‘amigos da corte’ contra venda da Remonta

Deputada e vereadores do PT-SP pedem ingresso em ação contra alienação de R\$ 494,4 milhões

Por **Moara Semeghini**

A ofensiva política e jurídica para barrar a privatização da Fazenda Remonta (antiga Coudelaria de Campinas) ganhou uma nova frente de pressão institucional. A deputada federal Juliana Cardoso (PT-SP) e os vereadores Marcelo Yoshida (PT-Valinhos) e Wagner Romão (PT-Campinas) protocolaram um pedido para ingressar como amicus curiae (“amigos da corte”) na Ação Civil Pública que tramita na 2ª Vara Federal de Campinas.

A iniciativa busca municiar a Justiça com informações técnicas, ambientais e políticas para impedir a alienação da área de 1,62 milhão de metros quadrados (162 hectares) situada na divisa entre os dois municípios. O imóvel pertence à União e está sob gestão da Fundação Habitacional do Exército (FHE).

Como amicus curiae, os parlamentares não entram como autores ou réus, mas como colaboradores do juízo, fornecendo pareceres e dados de interesse público para embasar a decisão do magistrado sobre o patrimônio socioambiental da Região Metropolitana de Campinas (RMC).



EDUARDO GELLI/INATURALIST

Fazenda Remonta forma corredor ecológico permitindo que a onça-parda busque novos territórios com segurança

No documento entregue ao Poder Judiciário, os parlamentares destacam que a Fazenda Remonta desempenha papel estratégico na preservação da biodiversidade, no equilíbrio do microclima e no combate às enchentes regionais. Eles solicitam que a Justiça considere os fatos recentes de proteção ao espaço, como as diretrizes ambientais de Valinhos e as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

“A Fazenda Remonta não

é apenas um terreno. Estamos falando de um patrimônio ambiental que pertence à sociedade e que precisa ser protegido. Em um momento de crise climática, vender uma área dessa importância é caminhar na contramão do futuro que precisamos construir”, afirma Juliana Cardoso. “Não existe futuro sem preservação ambiental. Campinas e toda a região precisam de planejamento urbano responsável, que respeite a natureza e garan-

ta qualidade de vida para as próximas gerações”, pontua Wagner Romão.

CERCO JURÍDICO

O pedido de ingresso do trio parlamentar soma-se a um histórico recente de travamentos judiciais e administrativos contra a alienação do ativo público:

Inclusão do MPF: O Ministério Público Federal (MPF) assumiu a posição de litisconsorte ativo (coautor) na mesma Ação Civil Pública, movi-

da originalmente pela ONG Proesp, solicitando liminar urgente para proibir a homologação do leilão, pagamentos e transferência de posse, além de pedir a inversão do ônus da prova à União e à FHE.

Medida Cautelar no TCU: O Tribunal de Contas da União vedou a assinatura de qualquer contrato ou escritura pela FHE até que o Plenário julgue o mérito de representação que aponta vícios de legalidade, transparência e avaliação no edital.

Liminar da Justiça Federal: A 2ª Vara Federal de Campinas permitiu a realização da sessão de lances do leilão, mas proibiu a adjudicação do imóvel e a entrega da posse ao arrematante.

Resultado do Leilão: A disputa pela Gleba B foi arrematada pela Alphaville Desenvolvimento Imobiliário Ltda. por R\$ 494,4 milhões, superando o valor mínimo de R\$ 90 milhões, mas o negócio permanece sem viabilidade prática de consolidação.

Blindagem de Valinhos: A Prefeitura de Valinhos incorporou a Macrozona de Conservação da Fazenda Remonta na revisão do Plano Diretor, proibindo loteamentos e expansão urbana na área, em consonância com a Lei Municipal nº 6.924/2026.

Pela 5ª vez no ano, Hospital PUC Campinas registra superlotação no PS

Por **Moara Semeghini**

O Pronto-Socorro Adulto do Sistema Único de Saúde (SUS) do Hospital PUC-Campinas voltou a registrar cenário de superlotação nesta quinta-feira (6) e opera com ocupação de 390% acima de sua capacidade instalada.

Atualmente, 36 pacientes estão acomodados em macas nos corredores, em razão da alta demanda por atendimento. Diante da situação, o hospital informou que não dispõe de condições seguras para receber novos encaminhamentos via SUS e solicitou à Regulação Municipal a avaliação do direcionamento de pacientes para outras unidades de saúde. A instituição também pediu apoio da imprensa na orientação da po-



HOSPITAL PUC-CAMPINAS/DIVULGAÇÃO

Hospital PUC-Campinas opera com 390% da capacidade

pulação para que procure outros serviços da rede.

Este é o quinto episódio de superlotação do Pronto-Socorro Adulto do Hospital PUC-Campinas noticiado pelo **Correio da Manhã** em 2026. A unidade já havia

informado cenários semelhantes em março, quando operava com ocupação de 310% acima da capacidade; em abril, com 360%; em maio, com 390%; e em junho, quando atingiu 415% de ocupação.

MP-SP arquiva apuração sobre fim das motolâncias do Samu

Por **Moara Semeghini**

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) arquivou e homologou, no Conselho Superior, o procedimento que apurava a suspensão do serviço de motolâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) de Campinas, bem como o remanejamento dos enfermeiros que atuavam na modalidade.

O encerramento do contrato e a descontinuidade do serviço foram revelados pelo Correio da Manhã em fevereiro deste ano. À época, a decisão de não renovar a locação das duas motocicletas gerou críticas da oposição na Câmara Municipal, que apontava risco de atraso nos atendimentos de emergência.

Na apuração conduzida pelo MP-SP, também foi

anexada uma representação referente à gestão dos profissionais concursados e ao desvio de função de um servidor entre 2019 e 2025. Contudo, o órgão confirmou que o procedimento foi totalmente encerrado sem apontar irregularidades que impedissem o arquivamento.

Em nota, a Rede Mário Gatti informou que “não houve qualquer irregularidade ou ilegalidade em relação ao exercício do cargo de enfermeiro junto ao serviço de motolância”. A administração detalhou que as motolâncias respondiam por 2,4% dos chamados, que a demanda foi absorvida por viaturas de suporte básico, intermediário e avançado e que os recursos economizados foram reinvestidos na reestruturação e fortalecimento do próprio Samu.